



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**



ANA LUCIA CANDEIA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DAS CONTADORAS PARAIBANAS EM
RELAÇÃO À MATERNIDADE E PROFISSÃO**

**JOÃO PESSOA
2020**

ANA LUCIA CANDEIA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DAS CONTADORAS PARAIBANAS EM
RELAÇÃO À MATERNIDADE E PROFISSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profª Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

**JOÃO PESSOA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Ana Lucia Candeia de.

Um estudo sobre a percepção das contadoras paraibanas
em relação à maternidade e profissão / Ana Lucia
Candeia de Lima. - João Pessoa, 2020.
57 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contadoras. 2. Percepções da maternidade. 3.
Profissão Contábil. I. Título

UFPB/BC

ANA LUCIA CANDEIA DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DAS CONTADORAS PARAIBANAS EM
RELAÇÃO À MATERNIDADE E PROFISSÃO**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta: Profª Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo
Instituição: UFPB

Membra: Profª Dra. Simone Bastos Paiva
Instituição: UFPB

Membra: Profª Dra. Valdineide dos Santos Araújo
Instituição: UFPB

João Pessoa, 31 de março de 2020.

Dedico o presente trabalho as mulheres mais importantes da minha vida, minha mãe, Ana Maria Candeia de Lima e minha irmã, Alicya Ellen Candeia de Lima.

AGRADECIMENTOS

O encerramento de um ciclo como este é uma etapa muito importante na vida de qualquer pessoa, especialmente na vida de uma mulher, criada por uma mãe solo, em um contexto social desafiador.

Desta forma, inicio meus agradecimentos por minha mãe, meu maior exemplo e fortaleza. Gratidão a ela por tudo que fez e faz por mim, esse título de graduação é inteiramente dedicado e agradecido a ela. Agradeço também a minha irmã, por todo apoio e companheirismo ao longo de nossa trajetória.

Sempre que chegamos a algum lugar muitas pessoas passam por nossa vida, e registro aqui meus agradecimentos aos meus familiares, amigos e amigas mais próximos que dividiram comigo essa jornada, os quais não vou citar por nome para não correr o risco de esquecer nenhum daqueles que foram tão especiais para mim, aos colegas do Conselho de Psicologia 13ª Região, que sempre acreditaram e estiveram ao meu lado em todas as horas. Aos que me ajudaram a segurar todas as incertezas e medos dessa graduação, aos colegas de classe, dos quais sentirei imensa saudade e levarei para a vida inteira.

Agradeço de forma muito especial aos meus professores e professoras, por toda dedicação, comprometimento, cuidado e por todo conhecimento que nos passaram de forma tão bela e importante, vocês serão para sempre um exemplo.

Meu muitíssimo obrigada as minhas orientadoras Profª Edmery Tavares Barbosa e Profª Victoria Puntriano Zuniga de Melo, sobretudo por tornarem essa pesquisa possível e por acreditarem em uma temática tão única e desafiadora dentro do curso de Ciências Contábeis na Paraíba, sem vocês nada seria possível, MUITO OBRIGADA!

Gratidão ao projeto de extensão Mulheres que Contam: história e identidade das profissionais da contabilidade na Paraíba – McontPB, que foi o nascituro desta pesquisa, com a intenção de dar visibilidade as histórias das contadoras paraibanas. Ressalto a importância de projetos como esse para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes da graduação. O MContPB proporcionou um espaço para discussão sobre gênero na contabilidade, e um espaço onde foi possível sonhar e pensar fora do comum, resultando em pesquisas como esta.

Gratidão também as participantes desta pesquisa, que dividiram conosco suas vivências e experiências, sendo para mim uma imensa fonte de inspiração. Obrigada, Celina, Luíza, Antonieta, Esther, Pagu, Laélia e Dilma.

. Por fim, agradeço a Deus por me proporcionar todos esses caminhos a seguir e aproveito esse espaço para encorajar a todos e todas, dizendo que com humildade, fé, tranquilidade e teimosia é possível chegar onde se quiser.

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo. ”

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa objetiva identificar a percepção das contadoras paraibanas em relação à maternidade e profissão explorando a inter-relação da maternidade e profissão contábil. Diante disto, torna-se interessante refletir acerca da compreensão do papel da mulher enquanto contadora e mãe de forma entrelaçada e do sentido que pode ter nos indivíduos em relação às normas sociais e culturais mais amplas do profissionalismo e maternidade na sociedade (HAYNES, 2008). O desenho deste estudo tem caráter qualitativo e exploratório com a realização de entrevistas em profundidade com sete mulheres paraibanas, que são contadoras e também mães que atuaram como funcionárias públicas (com experiência na contabilidade societária) e empresárias contábeis. Os resultados apontam para necessidade de reafirmação profissional como “contadora”, as múltiplas jornadas, o desafio que representa a maternidade enquanto mudança de identidade, a dificuldade em gozar de fato o período de licença maternidade que foi reduzido pela condição de serem “autônomas”, as adversidades em conciliar a amamentação, a necessidade de levar filhos aos escritórios e ainda assim cumprir as obrigações de mãe e profissional, que em alguns contextos foi questionada mas também superada. Conclui-se que apesar da diversidade de experiências e percepções da maternidade, as contadoras têm em comum os obstáculos enfrentados na esfera público-privada pelo fato de serem mulheres e mães e a forma que encontraram para supera-los.

Palavras-chave: Contadoras. Percepções da maternidade. Profissão Contábil.

ABSTRACT

This research aims to identify the perception of Paraíba accountants in relation to motherhood and profession exploring the interrelationship of motherhood and accounting profession. In view of this, it becomes interesting to reflect on the understanding of the role of women as an accountant and mother in an intertwined way and the meaning that they can have in individuals in relation to the broader social and cultural norms of professionalism and motherhood in society (HAYNES, 2008). The design of this study has a qualitative and exploratory character with in-depth interviews with seven women from Paraíba, who are accountants and also mothers who worked as public employees (with experience in corporate accounting) and accounting businesswomen. The results point to the need for professional reaffirmation as an “accountant”, the multiple journeys, the challenge that motherhood represents as a change of identity, the difficulty in actually enjoying the period of maternity leave that was reduced by the condition of being “autonomous”, the adversities in reconciling breastfeeding, the need to take children to the offices and still fulfill the obligations of mother and professional, which in some contexts was questioned but also overcome. It is concluded that despite the diversity of experiences and circumstances, accountants have in common the obstacles faced in the public-private sphere due to the fact that they are women and mothers and the way they found to overcome them.

Key words: Accountants. Perceptions of Maternity. Accounting Profession.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Charge ONU Mulheres	27
Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Cia.	Companhia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COFECON	Conselho Federal de Economia
CRC-PB	Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba
CRC-RJ	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro
CRCs	Conselhos Regionais de Contabilidade
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educação Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
Ltda.	Limitada
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SIGAA	Sistema Integrado de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	14
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DAS CONTADORAS NA PARAÍBA.....	16
2.2	CONTABILIDADE E MATERNIDADE.....	18
2.3	PERCEPÇÕES SOBRE A MATERNIDADE.....	21
2.4	LICENÇA-MATERNIDADE E LEGISLAÇÃO.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	28
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	28
3.3.1	O instrumento de pesquisa.....	30
3.4	MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
4.1	PERFIL DAS RESPONDENTES.....	32
4.2	PERFIL PROFISSIONAL E REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE.....	34
4.2.1	A Escolha pelo curso de Ciências Contábeis.....	34
4.2.2	O desafio do campo de atuação para contadoras.....	36
4.2.3	Percepções das principais realizações profissionais.....	38
4.2.4	A contabilidade e o gênero, sob a ótica das contadoras.....	39
4.2.5	Desafios da conciliação entre a maternidade e a profissão contábil.....	41
4.2.6	Contadoras e “donas de casa” – a múltipla jornada.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada.....	55
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a utilização da Contabilidade está presente no Brasil desde os tempos coloniais até os dias atuais. As ciências contábeis ocupam um lugar de destaque para o desenvolvimento das sociedades, e acompanha, essa evolução tornando-se uma profissão cada vez mais complexa com diretrizes e normas específicas.

Marcos históricos compõem a trajetória da contabilidade brasileira, que passou a ser regulamentada como profissão através do Decreto-lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, que constituiu o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como órgão regulador e fiscalizador da profissão contábil no Brasil. No ano de 2020, o CFC apresentou dados percentuais de 57,24% de homens para 42,76% de mulheres inscritos nas categorias técnico em contabilidade e contadores somente no Estado da Paraíba (CFC, 2020).

Mesmo com o progresso da sociedade e consequentemente da profissão contábil, as assimetrias de gênero ainda estão presentes na sociedade e diante do desenvolvimento da contabilidade e das mudanças na inserção feminina na profissão, ainda há forte distinção de gênero no mercado contábil. Frente a este fato, pode-se questionar a representatividade destas mulheres dentro da profissão contábil, quantas delas estão de fato exercendo a profissão, quantas sofreram distinções de gênero dentro do campo de atuação, e principalmente, quantas delas assumem mais de uma jornada de trabalho, em razão dos espaços de profissionais, mulheres, mães e donas de casa.

Nesse contexto, podem-se associar tais distinções a atributos e construções sociais, especialmente relacionadas a fatores biológicos e atributos sociais de gênero que legitimem avaliações hierárquicas e desigualitárias de valor em empresas de serviços profissionais (HAYNES, 2011).

Nesse sentido, temos a maternidade como um conceito estritamente de identidade, pois possui um conjunto claro de características autênticas, como, por exemplo, o fato biológico de que somente as mulheres podem gestar crianças, e visões não essencialistas de identidade, que focalizam diferenças tanto quanto características (HAYNES, 2008). Para Barbosa *et al.* (2019) uma "boa mãe" é geralmente esperada pela sociedade para mergulhar nos aspectos emocionais e

técnicos do cuidado, enquanto um "bom contabilista" pode também prestar aconselhamento e apoio, bem como práticas contabilísticas, ao seu cliente, mas é o desejável que um "bom contabilista" esteja emocionalmente distante tanto dos seus clientes, como saiba separar vida profissional da vida pessoal.

Desta forma, destacam-se as diversas funções e atribuições de uma mulher que ocupa as posições de profissional e mãe, funções relacionadas principalmente às expectativas que são constantemente atribuídas a ela, muitas vezes ocasionadas pelo contexto social e a concepção de feminilidade e maternidade presente na sociedade contemporânea, na qual para Miguel *et al.* (2019), há uma definição entre os papéis sociais específicos para a mulher e o homem, que são estabelecidos desde a infância, e que são geralmente reproduzidos durante a vida profissional e adulta.

Diante do exposto e da necessidade de aprofundamento na inter-relação contabilidade e maternidade, o presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo sobre a percepção das contadoras paraibanas acerca da ocupação desses papéis de mães e profissionais, com o objetivo de observar as questões relacionadas à contabilidade e maternidade, tendo foco principal nos desafios enfrentados por mulheres que se dividem entre múltiplas jornadas da vida profissional, familiar e maternal.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Face ao exposto, o presente estudo responde a seguinte questão: Qual a percepção que as contadoras paraibanas têm em relação à maternidade e à profissão?

1.1.1 Objetivo geral

Identificar a percepção das contadoras paraibanas em relação à maternidade e à profissão.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Explorar a inter-relação da maternidade e profissão contábil;
- b) Observar a ocorrência de mudanças na vida profissional após a maternidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para Cappelle, (2002), a discussão das relações de gênero no ambiente de trabalho encontra-se em amadurecimento, e desta forma, o presente estudo se inicia ao observar a lacuna existente acerca de pesquisas nacionais com o objetivo de discutir qual a percepção das contadoras em relação aos impactos em suas vidas pessoais e profissionais, amparando-se no que apresenta Haynes (2008, p.5):

Grande parte da literatura de gênero como variável está preocupada em explorar questões de igualdade entre homens e mulheres, examinando as diferenças entre homens e mulheres, sem as metodologias de pesquisa que investiguem, o social subjacente, pressupostos culturais e políticos que causam ou sustentam a desigualdade.

Desta forma, acredita-se que usar a subjetividade de entrevistas em profundidade como metodologia de pesquisa é viabilizar que as mulheres expressem suas percepções, suas formas de conhecer, suas experiências vividas com relação às questões de gênero, profissão e maternidade (HAYNES, 2008), e que através desse tipo de dado seja possível aprofundar os questionamentos da crítica feminista sob a ótica de gênero, e especialmente sobre o “lugar da mãe” e “lugar de contadora” na família e sociedade (SCAVONE, 2001).

É importante ressaltar que o presente estudo foi inspirado no período de execução do projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba, Mulheres que Contam: história e identidade das profissionais de contabilidade do Estado da Paraíba, coordenado pela professora Edmery Tavares Barbosa, que objetivou dar visibilidade às histórias das contadoras paraibanas e à discussão de gênero na contabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta as pesquisas bibliográficas e resultados de estudos anteriores que abordaram a temática sob a ótica da relação profissão e maternidade, a fim de embasar a presente pesquisa.

2.1 PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DAS CONTADORAS NA PARAÍBA

O ensino e uso da Contabilidade estão presentes no Brasil desde os tempos coloniais até os dias de hoje. Inicialmente nomeadas de Aulas de Comércio, a contabilidade tinha a intenção de nortear as atividades e controles mercantis (MORAIS, *et al.* 2008). Diante das constantes mudanças nas necessidades da sociedade, a contabilidade seguiu evoluindo a fim de acompanhar tais necessidades, fato que tornou as ciências contábeis ainda mais complexas e normatizadas por princípios e leis.

A partir do Decreto-lei nº 7.988 de 1945, instituiu-se o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil (RAMOS, 2018). Diante deste fato, o conhecimento que até então era passado apenas de pai para filho, passa a ser ensinado em universidades possibilitando a inserção das mulheres em uma profissão majoritariamente masculina. Isso significa dizer que a realidade patriarcal que respaldava a dominação masculina e excluía as mulheres da história, da política e da reflexão teórica, começa a sofrer mudanças por meio da inserção feminina, a despeito especialmente das crenças sociais que atribuíam às mulheres o âmbito familiar sob o poder dos pais e cônjuges (PISCITELLI, 2009).

Em 27 de maio de 1946, foi constituído, através do Decreto-lei nº 9.295 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sendo reconhecido como órgão regulador e fiscalizador da profissão contábil no Brasil. Conforme dados do CFC o primeiro registro profissional foi realizado pelo Senador João Lyra, sendo por esse fato, e pela luta a favor da regularização da profissão, homenageado com o título de Patrono da Contabilidade no Brasil. De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) o primeiro registro profissional feminino, data de 1947 (RAMOS, 2018).

Na Paraíba os primeiros registros de profissionais junto ao Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba CRC-PB, datam do ano de 1949 para técnicas em

contabilidade e do ano de 1958 para bacharel em Ciências Contábeis (BARBOSA, 2017).

Diante dos dados apresentados é perceptível que o início da participação das mulheres na profissão contábil é muito próxima ao início da regulamentação da profissão. A partir disto, é questionável a representatividade dessas mulheres, uma vez que, pouquíssimas são citadas ao longo da história da profissão, e diante da ocupação minoritária por mulheres nos cargos de poder dentro da profissão contábil até o presente momento.

Conforme apresentado pelo CFC (2018), somente em 1991, ocorreu o I Encontro Nacional da Mulher Contabilista, realizado na cidade do Rio de Janeiro, junto com a 43ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, representando um marco para que as mulheres contabilistas pudessem levar adiante o objetivo de promover o aprimoramento técnico-cultural, por meio de ações de incentivo a uma maior participação das contabilistas na vida social e política do País (CFC 2018). O Projeto “Mulher Contabilista” deu origem às Comissões Regionais das Mulheres Contabilistas que, fundamentalmente, destacam a importância da mulher no contexto social e contábil, além de impulsioná-las ao empreendedorismo.

A crescente adesão do público feminino ao curso de ciências contábeis resulta no aumento do número de mulheres no mercado profissional de contabilidade. Contudo, ainda há o que discutir, não somente à quantidade, mas à qualidade da participação dessas mulheres (BARBOSA, 2017). Somente no ano de 2006, cerca de 60 anos após a criação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o mesmo foi presidido por uma mulher, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, quebrando o paradigma no CFC, muito embora Conselhos Regionais de Contabilidade já tivessem sido presididos por mulheres anteriormente.

Quebrando um paradigma de seis décadas, sou a primeira mulher a chegar à presidência da instituição maior da classe contábil brasileira. Sem qualquer veleidade de empunhar bandeira de conotação sexista, mas, tão-somente, amparada na realidade estatística do Sistema CFC/CRCs, – na qual 35% dos profissionais contribuintes são mulheres – tem-se, ainda, nos nossos quadros dirigentes, quantitativamente falando, uma representação feminina muito aquém dessa proporção. Os números reclamam mais presença da mulher contabilista; uma contribuição mais efetiva na esfera do Poder e na condução dos destinos da sua classe (BUGARIM, 2012).

Amparado no que apresenta Barbosa (2017), o Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba CRC-PB, somente veio a ser presidido por uma mulher no ano de 2018, cerca de 71 anos após a constituição do órgão, neste sentido, a

contadora Vilma Pereira de Souza Silva, marcou a história na contabilidade paraibana sendo a primeira e única mulher a ocupar esta posição até o ano de 2020.

Diante do exposto, pode-se concluir que a ocupação feminina em cargos de poder na contabilidade, não reflete os dados atuais de ocupação da profissão, que possui percentuais aproximados entre homens e mulheres.

A crescente participação das mulheres se reflete também no âmbito educacional. Segundo dados do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o público feminino é predominante em todas as faixas etárias, representando 59,51% do número de concluintes em cursos de graduação presenciais, e 55,54% das matrículas em cursos de graduação presenciais. (INEP, 2019).

Tal participação impacta principalmente no mercado de trabalho. Segundo dados da PNDA-C/IBGE, no último trimestre de 2018 as mulheres brasileiras representavam 52% das pessoas com idade para trabalhar, e 45% das pessoas ocupadas no Brasil, (VINHARES; OLIVEIRA, 2019). Diante destes dados, pode-se concluir que as mulheres têm representado uma grande parcela daqueles que ocupam os espaços públicos de educação e profissão.

Conforme Barbosa (2019, p. 2), “o papel da contabilidade no cenário econômico mudou, está se alterando e é possível que mude no futuro. Tais mudanças são alavancadas pelos profissionais da contabilidade. Entre eles, a inserção das mulheres no mercado contábil”.

2.2 CONTABILIDADE E MATERNIDADE

Para abordar o papel da mulher enquanto contadora e mãe de forma segregada, pesquisadoras da temática sobre gênero na contabilidade, foram escolhidas Kathryn Haynes (Professora de contabilidade da Escola de Negócios da Universidade de Newcastle, Reino Unido) e Silvia Pereira de Castro Casa Nova (pesquisadora da FEA/USP- Universidade de São Paulo) como referências teóricas porque apresentam provocações atuais acerca da justaposições das relações privadas (essencialmente privativas do lar) e das pertencentes ao âmbito público (do trabalho contábil em qualquer esfera). Haynes (2008 p. 2) questiona “como essas identidades (Mãe e profissional) na prática fazem sentido nos indivíduos em relação

às normas sociais e culturais mais amplas do profissionalismo e maternidade? Como essas identidades se entrelaçam e se relacionam?” Como, portanto, funciona para as mulheres viverem em múltiplas posições sociais.

Historicamente, a profissão contábil tem sido altamente marcada pela dominação masculina, causando a criação de barreiras na inserção da mulher na profissão. Neste sentido, pode-se considerar como uma barreira socialmente criada às noções sociais vinculadas ao feminino, em especial para esta pesquisa, com o contexto da maternidade.

Para Haynes (2008), a maternidade ilustra as tensões entre uma visão essencialista da identidade, com um conjunto de características autênticas que todas aquelas que têm essa identidade compartilham (como o fato biológico de que somente as mulheres possam gestar crianças).

Além disso, se faz relevante a avaliação das questões biológicas e sociais pela sociedade, especialmente os comportamentos femininos, que tendem a ser avaliados de forma discriminatória, causando a reprodução de desigualdades na profissão, visto as mutações que ocorrem no corpo e comportamentos das mulheres, em particular em períodos menstruais, quando ocorrem oscilações hormonais, e na gestação, mudanças essas que não são reproduzidos nos corpos e comportamentos de seus pares do sexo oposto (CASA NOVA, 2017; HAYNES, 2008). É importante ressaltar que essas interpretações influenciam principalmente nas relações interpessoais do âmbito do trabalho.

Diante da discussão sobre os posicionamentos femininos nos ambientes de dominação masculina, a exemplo da contabilidade, Haynes (2012) apresenta a descoberta das mulheres, que para afirmar sua autoridade em empresas, elas precisariam ser assertivas, mas não ao ponto de serem vistas como excessivamente agressivas, embora a natureza do trabalho exigisse um grau de presença física e autoridade, discurso que corrobora com a apresentação de Casa Nova (2018) sobre o esforço feminino para que a identidade corporal possa se adaptar às regras e a padrões “impostos” pela sociedade que possui fortes traços patriarcais e vincula a imagem feminina a uma natural subordinação e fragilidade. Desta forma pode-se afirmar que tal comportamento de posicionamento e reivindicação está voltado especialmente para a reclamação de igualdade no exercício do direito (PISCITELLI, 2009).

Considerando, as implicações de tais imposições para as mulheres e para as profissionais em termos de justiça e igualdade social pode-se compreender o esforço contínuo na busca por posições e espaços, movimento apresentado por Casa Nova (2017, p. 4), de “cumprir as exigências de se performar, travestindo-se de acordo com o ‘modelo universal’, ou seja, se aproximar tanto quanto possível do corpo e formas de exibição tidas como e com referência no homem”. Esse pensamento corrobora com as visões patriarcais que toma como referência o modelo masculino de posicionamentos.

Para Cappelle *et al.* (2002), a inserção da questão familiar é essencial no processo de compreensão da construção do discurso no ambiente de trabalho. Logo, para que possa se compreender a inter-relação entre profissionalismo e maternidade se faz necessária a compreensão da construção, manutenção e vivência do eu destas mulheres a cada vez que assumem uma dessas posições.

Ao assumir as posições de mãe e profissional, as mulheres precisam tomar decisões constantemente, o que corrobora com os resultados encontrados por Casa Nova (2017, p. 4), “nas condições atuais, podemos afirmar que o ser mãe e o ser contadora interagem, trazendo potenciais pontos de confrontos e conflitos”, ilustrando o momento de (re)identificação das posições ocupadas por essas mulheres.

Acerca da discussão sobre a jornada de trabalho, Haynes (2017) afirma que, as mulheres podem optar pelo trabalho a tempo parcial, especialmente relacionado temporariamente à criação dos filhos.

Para o caso de mulheres que desejam voltar ao trabalho a tempo integral ou alavancar sua carreira, são submetidas a estereótipos, disparidades salariais, hierarquias de gênero e discriminação, que estarão diretamente relacionadas às suas decisões e que culminam na relação profissionalismo e maternidade.

Tais características também estão presentes no universo acadêmico, como pode ser evidenciado em pesquisa realizada com mulheres que passarem pelo processo de maternidade durante a pós-graduação por Casa Nova (2017, p. 14):

As construções sociais são tão internalizadas e naturalizadas que, mesmo quando a situação está sob controle – como na assunção do pai em dar assistência a filha – a culpa da mulher por não estar à frente – o que nos é imposto como ‘funções das mulheres, das mães’.

Quanto às definições socialmente criadas para as “funções das mulheres e

mães”, verifica-se que mesmo com as atribuições do trabalho, as mulheres realizam os trabalhos domésticos dos cuidados com o lar e com a casa, potencializando as disparidades salariais existentes e hierarquias de gênero, uma vez que além de remunerações inferiores as mulheres necessitam de mais horas de trabalho do que os homens (PISCITELLI, 2009).

Para ilustrar essas relações, dados da pesquisa “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado” realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo e apresentados por Piscitelli (2009, p. 121), demonstram que “96% das 2.502 mulheres entrevistadas, cuidavam das tarefas domésticas e das crianças, mesmo que também trabalhassem fora de casa e nos casos de divisão do trabalho doméstico, quase metade afirmou dividi-los com outra mulher, geralmente a mãe ou filhas”.

Portanto, e apoiado nas palavras de Haynes (2008, p. 19), considera-se que a “maternidade e sua interação com a profissão contábil demonstra uma área da vida social em que a experiência vivida, privada, doméstica e pessoal se inter-relaciona com a vida profissional e voltada para o público”, sendo essa interação um ponto desafiador para a vida das mulheres, que muitas vezes possuem uma compreensão da maternidade idealizada, vinculada principalmente à naturalização de comportamentos sociais tradicionalmente reproduzidos no âmbito parental a exemplo das vivências domésticas ligadas diretamente imagens femininas, como a da empregada doméstica, mães, avós e tias que geralmente faziam parte do contexto estritamente familiar na infância destas mulheres (KOFES, 1994).

Na vida adulta essas mesmas mulheres são submetidas a tomadas de decisões muitas vezes em contradição com seus desejos de continuar sua carreira profissional, ou ainda na expectativa de que tais áreas não se inter-relacionem a fim de manter o equilíbrio de suas múltiplas atividades e jornadas.

2.3 PERCEPÇÕES SOBRE A MATERNIDADE

Para Scavone (2001), ao longo da história da humanidade as percepções e significados atrelados à maternidade sempre foram muito além da gestação, do aleitamento, do amor e do cuidado materno. As compreensões acerca da maternidade configuram-se de formas diversas, acompanhados pelas mudanças ideológicas de cada época. Desta forma, configurou-se o mito do amor materno, que o caracterizava como instinto feminino, consolidando a ideologia de exaltação do papel natural da

mulher como mãe, e atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação e educação dos filhos. Mais adiante novos pontos de vista surgiram e o amor materno passou a ser “apenas um sentimento humano, que pode ou não existir, sendo muitas vezes um fruto da convenção social” (COLARES; MARTINS, 2016, p. 3).

Historicamente, pode-se distinguir as considerações acerca da maternidade em três principais momentos, para Scavone (2001, p. 3) “em um primeiro momento a maternidade foi reconhecida como um *handicap* (defeito natural) que confinaria as mulheres em uma bio-classe”. Qualquer comportamento diferente do desejo de ser mãe causaria estranheza, uma vez que a visão social sobre o “ser mulher” estava intimamente relacionada à maternidade.

Neste contexto, surgem diversos movimentos e posicionamentos feministas que defendem a liberdade sexual das mulheres, dentre eles, o movimento para obtenção da pílula contraceptiva e do aborto como direito político. “Tais movimentos são regidos pela máxima francesa: “*un enfant, si je veux, quand je veux*” (SCAVONE, 2001, p. 3). Que significa “uma criança se eu quiser, quando eu quiser” (tradução livre).

Em um segundo momento, a maternidade passa a ser vista como um “poder insubstituível” das mulheres, qualificando novamente a maternidade como uma parte da identidade feminina, todavia, neste momento é atribuída a essa identidade um viés de poder feminino, apoiado nas lutas pela afirmação das diferenças e da identificação feminina (SCAVONE, 2001).

Em um terceiro momento inicia-se a desconstrução do *handicap*, movimento causado principalmente pela expansão das tecnologias contraceptivas e reprodutivas, gerando um questionamento sobre um “destino biológico inevitável”. Este contexto ressoa com a máxima da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949 apud SCAVONE, 2001, p. 2), que até os tempos atuais é utilizada para ilustrar os movimentos feministas na busca da constituição da identidade e do “ser”.

Com o advento dos métodos contraceptivos e conceptivos, e considerando a inserção das mulheres no mercado de trabalho, iniciou-se um processo de autonomia e escolha sobre assumir ou não os desafios e desejos da maternidade, um fenômeno moderno consolidado no decorrer do século XX com o avanço da industrialização e da urbanização (SCAVONE, 2001).

Nessa perspectiva, a saber, da busca pela autonomia da mulher, Colares e Martins (2016, p. 5), ao debater este tema na contemporaneidade, afirmam que:

“percebe-se uma necessidade de ressignificação da mulher na contemporaneidade, fazendo-se, cada vez, mais, necessária a priorização de projetos pessoais para o seu crescimento individual, que vão além do desejo pela maternidade”.

Atualmente a sociedade vive em um ritmo mais rápido e as demandas sociais e profissionais estão presentes no dia-a-dia das mulheres que exercem múltiplas jornadas e ocupam posições distintas em uma mesma conjuntura social. Colares; Martins (2016, p. 4), alegam que “pensar a maternidade na contemporaneidade implica pensar também as características de nossa época”,

Nos dias de hoje os significados da maternidade associados ao amor e ao cuidado passaram a afirmar referenciais de valores considerados ideais, mas não suficientes. Este cenário, portanto, passa a ser ilustrado pela realização da maternidade atrelada aos dilemas da vida profissional, com mães que assumem a maioria das responsabilidades parentais, que se dividem entre as posições de mães donas de casa, mães chefes-de-família, mães “produção independente”, “casais igualitários” que criam e participam de diversas soluções encontradas para os cuidados das crianças (COLARES; MARTINS, 2016; SCAVONE, 2001).

Para o desenvolvimento das múltiplas responsabilidades citadas acima, buscam-se soluções que por muitas vezes requerem a participação de outras pessoas, como seus pares, pais e avós solícitos, “babás” e escolas em tempo integral. Realidade que acrescenta à decisão pela maternidade uma série de responsabilidades periféricas as que outrora eram pensadas enquanto responsabilidades maternas (amar, alimentar e educar os filhos). Ante estes contextos, para Scavone, (2001, p. 13) “a maternidade vai se transformando, seguindo tanto as pressões demográficas - natalistas ou controlistas - como as diferentes pressões feministas e os desejos de cada mulher”.

Parte do processo de identificação à maternidade envolve olhar para trás, especialmente para a educação recebida, memórias de infância, cuidados com os irmãos mais jovens e as referências maternas para definir como elas querem ser mães (HAYNES, 2008).

Em suma, a maternidade é percebida muito mais pelo conglomerado de referências sociais, culturais e familiares, e ganha novas definições a partir das mudanças da sociedade em que as mães estão inseridas.

2.4 LICENÇA-MATERNIDADE E LEGISLAÇÃO

Entende-se que na sociedade está presente uma forte ligação à dicotomia público-privado; aponta-se como público a esfera social comum a todos, enquanto o âmbito privado se restringe a poucos, especialmente a ligações parentais. A divisão sexual do trabalho sempre atuou como um dos fortes mecanismos de exclusão da mulher, sendo atribuído à figura feminina às atividades domésticas (KOFES, 1994). Em um contexto pós-guerra, iniciou-se o processo de quebra desses paradigmas, marcado principalmente pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, as primeiras medidas legais sobre a participação da mulher no mercado de trabalho datam de 1916, onde o Código Civil que em seu capítulo II prevê os “Direitos e Deveres do Marido” atribuindo à figura masculina o direito sob a autorização para que a mulher casada pudesse exercer sua participação no mercado.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

(...)

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (BRASIL, 1916).

Juridicamente, as mulheres somente exerceram o direito de escolha e execução livre de seus exercícios trabalhistas após a criação da Lei nº 4.121/62.

Para Miguel *et al.* (2019) a legislação ocupa um papel importante como indutora de mudanças na sociedade, com o passar dos anos as legislações se atualizaram ficando cada vez mais alinhadas à realidade e às necessidades sociais.

Em relação especificamente à licença-maternidade, a primeira previsão legal está presente nos Arts. 392 e 393 da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, sendo delineada pelo mesmo da seguinte forma:

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis semanas antes e seis semanas depois do parto.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, o afastamento da empregada de seu trabalho será determinado pelo atestado médico a que alude o art. 375, que deverá ser visado pelo empregador.

§ 2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais duas (2) semanas cada um, mediante atestado médico, dado na forma do parágrafo anterior.

Art. 393. Durante o período a que se refere o artigo anterior, a mulher terá direito aos salários integrais, calculados de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Parágrafo único. A concessão de auxílio-maternidade por parte de instituição de previdência social não isenta o empregador da obrigação a que alude o artigo (BRASIL, 1943).

A evolução das leis em relação à licença-maternidade seguiu, e tem como marco a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que incluiu a licença-maternidade no rol de direitos sociais, além do espaço que já possuía na Seção referente à Previdência Social (SILVA, 2018). Na Constituição Federal, de 22 de setembro de 1988, a licença-maternidade é encontrada da seguinte forma:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
 (...) XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
 (...) Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
 (...) II – proteção à maternidade, especialmente à gestante.
 (...) “Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:
 (...) II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:
 (...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (BRASIL, 1988).

Diante do exposto na Constituição Federal de 1988, ficam estabelecidas as diretrizes sobre como deve ser aplicada a licença-maternidade, estas diretrizes devem ser aplicadas a todas as contribuintes, alcançando profissionais autônomas, contratos regidos pela CLT, contribuintes individuais, estudantes e qualquer gestante que possuir características de qualidade segurada, definida pelo Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

De encontro ao direito garantido (período de licença maternidade), em um estudo realizado com contadoras do Reino Unido, entendeu que as mulheres tendem a retornar antes do fim do prazo estipulado por lei, ou ainda, continuar suas atividades laborais enquanto estão no período de afastamento, conforme apresentado nos resultados da pesquisa realizada por Haynes (2008, p. 13)

Como sócia da firma, as expectativas de Deborah de si mesma para cumprir suas aparentes obrigações para com seus clientes durante sua curta licença-maternidade eram extraordinariamente altas [...] as mulheres mantêm suas responsabilidades de trabalho até o momento do trabalho e / ou durante uma licença de maternidade curta.

Mesmo tratando-se de países distintos (Brasil e Reino Unido), a realidade brasileira reflete características encontradas pela pesquisadora, acrescidas das situações onde há uma precarização do trabalho, causando muitas das vezes um retorno precoce após a licença-maternidade ou ainda o não usufruto deste direito.

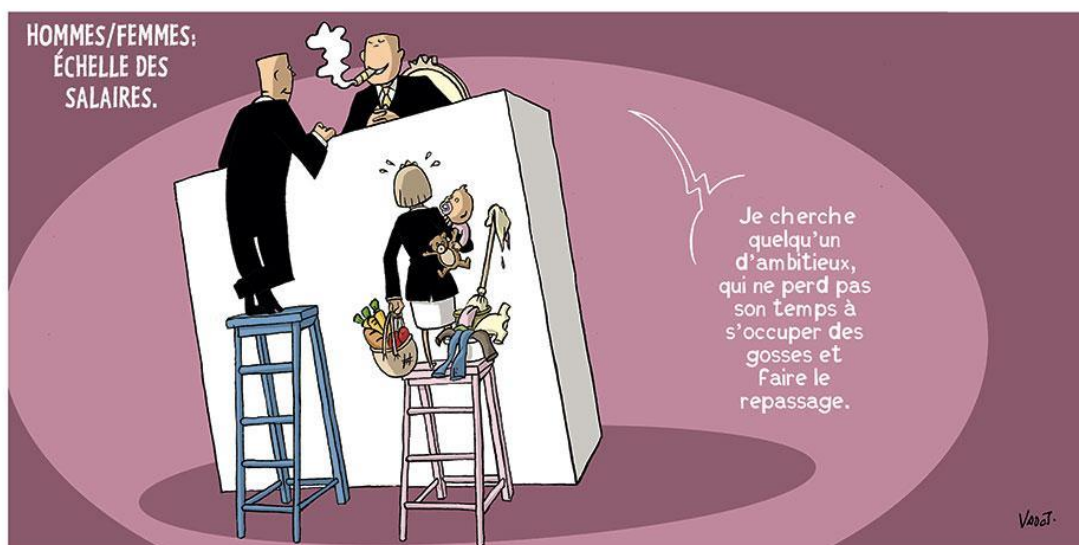
Quanto ao prazo da referida licença, existe apenas uma mudança, aplicada para as empresas que optem por participar do programa “Empresa cidadã”, nestes casos a Licença-maternidade poderá ser prorrogada por sessenta dias, sendo o custo dessa prorrogação responsabilidade do empregador e não mais previdenciário como no caso comum de Licença-maternidade, como prevê o art. 1º, I, da Lei nº 11.770 de 9 de setembro de 2008.

Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:
 I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)
 II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016) (BRASIL, 2008)

Quando se trata de Licença-maternidade, é muito comum encontrar estudos que apresentem a relação entre a Licença-maternidade e a licença-paternidade. O questionamento realizado por LEITE *et al.* (2017), sobre a disparidade entre a duração de cada uma das licenças mesmo diante do fato de que “o direito à licença maternidade não esteja condicionado a qualquer critério biológico, como gestação ou amamentação” remete ao que é apresentado por Silva (2018, p. 15) “Quando o constituinte fixou uma licença para a mãe (relativamente longa) e uma para o pai (muito curta), há uma mensagem implícita: a mãe deve ficar em casa e o pai deve voltar para o trabalho”.

A luz dessa discussão, a charge do livro “Abram espaço para as mulheres” publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a campanha no ano de 2018, ilustra a situação vivida por muitas mulheres após a maternidade.

Figura 1 - Charge ONU Mulheres



Fonte: ONU (2018)¹.

A imagem indica uma espécie de seleção, temos que no canto superior esquerdo, lê-se: “homens / mulheres: escala salarial”. O executivo diz: “Procuro alguém ambicioso, que não perca tempo cuidando de crianças e passando a ferro”. (tradução livre).

Diante do exposto, é possível concluir que mudanças estruturais na sociedade são lentas, neste contexto, a legislação possui um papel fundamental no que concerne à redução das disparidades de oportunidades e benefícios tanto no âmbito público, quanto no âmbito privado (MIGUEL *et al.* 2019).

¹ Autora da imagem: Nicolas Vadot.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Na seção 3.1 apresenta-se a classificação da pesquisa, na seção 3.2 apresenta-se a população e amostra utilizada para coleta dos dados, sequencialmente, na seção 3.3 os procedimentos de coleta de dados, e por fim, na seção 3.4 explica-se os métodos de análise dos dados obtidos na presente pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. Conforme Casa Nova (2017, p.6) “a pesquisa qualitativa possibilita conhecer sentimentos, comportamentos, pensamentos e intenções do pesquisado e tem vivido um período de crescimento e diversificação inéditos”. O que condiz com a estratégia a ser adotada na presente pesquisa. Além disso, o presente estudo quanto aos fins é uma pesquisa exploratória, quanto aos meios além de bibliográfica também utiliza a pesquisa de campo.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo é representada pelo universo de contadoras paraibanas que têm pelo menos um filho, todavia, não foi possível traduzir esse dado numericamente, uma vez que a distinção realizada no momento do registro junto ao órgão de classe é somente sobre o gênero e categoria de profissional (Técnico(a) em contabilidade ou Contador(a)).

A amostra desta pesquisa se desenha a partir de entrevistas com sete mulheres, contadoras, paraibanas, com idades entre 30 e 65 anos e mães, que compartilharam suas histórias de vida profissional, e especialmente os desafios encontrados nas vivências da profissão e maternidade, sendo a presente amostra definida por acessibilidade.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para base da pesquisa foram realizadas entrevistas em profundidade, e semiestruturadas, conforme roteiro de entrevista apresentado no Apêndice A. As

entrevistas tiveram uma duração média de 30 minutos, sendo as entrevistadas escolhidas por acessibilidade.

Durante a coleta de dados, foi utilizada metodologia de entrevistas em profundidade, apoiando-se no que diz Haynes (2008) quanto à atenção a narrativas pessoais aprofundadas, nas quais se encoraja as participantes a refletir sobre sua identidade, aspirações, emoções e experiências dentro da profissão contábil e dentro de seu papel materno e considerando a singularidade de cada expressão de interpretações e de experiências individuais, e ainda na subjetividade de suas narrativas e percepções (KOFES, 1994).


As entrevistas do presente estudo foram previamente marcadas e realizadas no período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020, sendo as primeiras cinco entrevistas realizadas no ano de 2018, no âmbito do projeto de extensão História e identidade das estudantes e profissionais da contabilidade no combate à violência simbólica da UFPB, e as demais realizadas em 2020 para conclusão da pesquisa. As entrevistas foram em três locais distintos, Biblioteca central da UFPB, Local de Trabalho da entrevistada ou Sede do CRC-PB à escolha das entrevistadas.

Por tratar-se de um trabalho que envolve seres humanos, foi realizado o cadastro junto ao Comitê de Ética, através da Plataforma Brasil.



A fim de assegurar a confidencialidade dos dados e da identidade das participantes da presente pesquisa, todas receberam nomes fictícios, inspirados nas mulheres que marcaram a história da política brasileira, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas

(continua)

Fotos das Mulheres que marcaram a política brasileira	Nomes Fictícios Atribuídos às Entrevistadas	Cargo da entrevistada	Tempo de profissão	Nº de Filhos	Local da Entrevista
	Celina G. Viana Primeira eleitora do Brasil, na cidade de Mossoró – RN.	Funcionária Pública	4 anos	1	Biblioteca central UFPB

Quadro 1- Caracterização das entrevistadas (conclusão)

	Luíza Alzira Soriano Teixeira Primeira prefeita do Brasil e da América Latina.	Funcionária Pública	25 anos	2	Biblioteca central UFPB
	Antonieta de Barros Primeira mulher negra a ser deputada estadual.	Empresária	20 anos	3	Local de Trabalho
	Esther de F. Ferraz Primeira ministra de Estado.	Empresária	38 anos	4	Local de Trabalho
	Pagu (Patrícia Rehder Galvão) Militante política brasileira e primeira mulher presa por motivações políticas no Brasil	Empresária	18 anos	1	Local de Trabalho
	Laélia de Alcantara, Primeira senadora negra do Brasil	Empresária	30 anos	1	Local de Trabalho
	Dilma Rousseff Vana Primeira e até o momento única presidenta do Brasil.	Empresária	20 anos	3	Sede do CRC-PB

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

3.3.1 O instrumento de pesquisa

Para realização da pesquisa utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada dividido em duas partes: parte I – perfil da entrevistada e parte II – Perfil profissional e representações da maternidade (Apêndice A). O roteiro foi

utilizado a fim de delinear o conteúdo das entrevistas, uma busca para que as respondentes compartilhassem suas experiências acerca do tema que estava sendo questionado, com a intenção de obter dados que representassem a subjetividade da percepção da entrevistada sobre a maternidade e sua imbricação com o campo profissional.

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa se estrutura com base em narrativas obtidas através de entrevistas em profundidade, combinando perguntas onde a respondente pode discorrer sobre o tema proposto de maneira mais natural (BONI; QUARESMA, 2005). Após as entrevistas todo material gravado foi transcrito formando um conteúdo construído pelas informações obtidas nas quais foram destacados os aspectos mais importantes das entrevistas, levando em consideração diversos fatores externados pelas respondentes no momento das entrevistas. Desta forma, foi obtido material suficiente para a observação das narrativas das entrevistadas.

A análise dos dados oriundos deste *corpus* da pesquisa foi realizada por meio de divisão das respostas seguindo a mesma ordem das perguntas feitas no roteiro semiestruturado, sendo as subseções intituladas de acordo com a estrutura presente no roteiro de entrevista. A realização de interpretação qualitativa das respostas obtidas permitiu reflexionar acerca do fenômeno investigado, do perfil das entrevistadas e da relação das respostas com a literatura e resultados de outras pesquisas e da inter-relação entre o perfil das respondentes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na apresentação e análise dos resultados, são demonstrados através de análise qualitativa, os resultados obtidos no presente estudo.

4.1 PERFIL DAS RESPONDENTES

A partir da análise dos dados coletados na pesquisa, foi possível traçar um perfil para as entrevistadas.

Considerando o fator idade das entrevistadas, tem-se uma faixa etária entre 30 e 65 anos, sendo esta, uma característica relevante para compreensão acerca de qual geração as respondentes pertencem e o quanto as concepções de suas gerações influenciam nas decisões e posicionamentos das mesmas. Quanto ao perfil das respondentes foram utilizados os nomes citados no quadro 1. Tem-se:

- **Celina G. Viana:** esta entrevistada é a mais jovem dentro do escopo da presente pesquisa, possui apenas um filho, é mãe solo² e até o momento da entrevista era funcionária pública, tendo sido também estagiária em empresa privada durante sua formação acadêmica. Quando solicitado que se apresentasse, declarou: “Tenho 30 anos, sou formada há 4 anos, tenho duas pós-graduações uma em auditoria, finanças e controladoria e outra em custos e riscos logísticos” (Celina, entrevistada em setembro/2018).
- **Luíza Alzira Soriano Teixeira:** tem 45 anos de idade, dois filhos, é casada, e até o momento da pesquisa era funcionária pública, tendo sido também funcionária de um escritório e empresária em outros momentos de sua carreira profissional. Ao se apresentar, a entrevistada se declarou da seguinte maneira: “sou contadora, conclui minha graduação na UFPB no ano de 1996, tenho 45 anos e há 25 trabalho na área contábil.” (Luíza, entrevistada em setembro/2018).
- **Antonieta de Barros:** tem 55 anos de idade, tem três filhos, é casada e desde de sua formação até a data da entrevista era empresária contábil. Apresentou-se como: “contadora, empresária contábil, conselheira do CRC-PB e membro do ASPECONT” (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).
- **Laélia de Alcantara:** tem 53 anos de idade, tem um filho, é casada e desde o início

² Mãe solo: termo utilizado para definir mães que são as únicas ou principais responsáveis pela criação dos filhos. Substitui a expressão “Mãe solteira” que era utilizada equivocadamente.

de sua carreira até a data da pesquisa era empresária contábil. Apresentou-se como “Sou contadora há mais de 30 anos” (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

Nota-se que as apresentações realizadas por Celina, Luiza, Antonieta e Lélia, relata apenas características profissionais, silenciando questões subjetivas como a maternidade, mesmo que o espaço para apresentação tenha sido livre para que as respondentes expressassem as características que desejavam pois estavam cientes de que pesquisa se tratava de um estudo sobre contadoras e maternidade. Este comportamento corrobora com o pressuposto de que é desejável que um “bom contabilista” esteja emocionalmente distante tanto dos seus clientes, como saiba separar vida profissional da vida pessoal (BARBOSA *et al.*, 2019).

Dando continuidade aos perfis das entrevistadas, tem-se:

- **Esther de F. Ferraz:** tem 65 anos de idade, tem quatro filhos, é casada e até a data da entrevista era empresária contábil com mais de 30 anos de carreira. Ao se apresentar declarou: “sou bacharel em Ciências Contábeis, empresária da contabilidade há 38 anos e me acho bem realizada profissionalmente só que para isso foi uma vida com muitos altos e baixos, com muita luta, com muita garra” (Esther, entrevistada em novembro/2018).
- **Dilma Vana Rousseff:** tem 47 anos de idade, tem três filhos, mãe solo desde o ano de 2015 e empresária contábil do início de sua carreira até a data da pesquisa. Apresentou-se como “Sou contadora e apaixonada por contabilidade” (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

Para Esther e Dilma, as características afetivas e acerca das realizações já obtidas junto à profissão contábil, são fatores relevantes no momento da apresentação, dando assim a ideia de realização pessoal.

- **Patrícia Rehder Galvão (Pagu):** tem 48 anos de idade, tem três filhos, é casada e do início de sua atuação na profissão até a data da entrevista era empresária contábil. Apresentou-se como “resido na cidade de Guarabira, Rainha do brejo, sou contadora, casada, tenho três filhos maravilhosos, sou filha única, e sou contadora (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Para Pagu, a apresentação inclui características estritamente pessoais, como o vínculo com a localidade em que vive que é exaltado e o número de filhos. De todas as respondentes, ela foi a única a pontuar fatores além do profissional.

4.2 PERFIL PROFISSIONAL E REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE

A presente seção apresenta as análises dos dados obtidos através da segunda parte do roteiro semiestruturado, objetivando o aprofundamento acerca da visão e representação da maternidade para as respondentes.

4.2.1 A Escolha pelo curso de Ciências Contábeis

O momento de escolha de um curso sempre foi um marco na vida das pessoas, inclusive muito relacionado às expectativas familiares de quem o indivíduo se tornaria ao “crescer”.

A seguir a fala de três das entrevistadas (Antonieta, Esther e Laélia):

Meu pai é contador, e ele disse que tá no sangue, então eu amo contabilidade, sempre pensei em ser contadora e via o meu pai no seu dia a dia e me identificava (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).

Meu pai era administrador e fazia aquelas folhas de pagamento e eu já ficava encantada com aquelas coisas dele, e quando ele jogava fora os rascunhos eu ia brincar com eles, fazendo folha de pagamento, fazendo a contabilidade que eu nem sabia o que era mas sabia que estava fazendo, e dizendo que ia ser contadora quando crescesse. A gente sempre se espelha nos nossos pais, quando é bom e quando é ruim, o meu caso foi bom por que meu pai fazia folhas de pagamentos daqueles trabalhadores do sítio, aquela folha grosseira, mas eu já me despertava uma vontade de fazer aquela folha com ele, eu queria poder fazer, eu dizia a ele: “Deixe eu fazer, papai” e ele dizia “não que você vai fazer errado. Não que você tem uma letra feia” “não que você vai borrar, isso não pode ser borrado, isso não pode ter rasura nenhuma” então eu queria fazer aquilo que meu pai fazia, eu não sabia o que era bem contabilidade, mas era aquilo que eu queria fazer (Esther, entrevistada em novembro/2018).

Eu gostava muito de matemática e o curso que eu achava que mexia muito com matemática era contabilidade. Meu marido me ajudou muito, por que eu fui evoluindo na contabilidade, ele era do partido [nome do partido] e com o tempo os partidos eram obrigados também a fazer contabilidade que antes não era, aí eu comecei a me engajar nessa parte. Eu nunca sonhei com um grande escritório, um escritório gigante por que é muita responsabilidade e eu precisava do meu tempo também para mim e para minha família e um grande você por mais que você de a função de cada um você é responsável pelo todo então eu sempre fui mais, então meu marido sempre me ajudou então eu nunca me preocupei (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

Nas declarações das entrevistadas é possível visualizar a influência familiar atrelado à escolha do curso, o sentimento de seguir o exemplo do pai e/ou profissão mais próxima do marido, figuras que, neste contexto, também ocupam uma posição de autoridade e de provedor do lar, reforçando mais uma vez a visão patriarcal

(PISCITELLI, 2009) e a dominação masculina, legitimando o processo que historicamente os conhecimentos eram passados apenas de pai para filho.

Com a difusão do conhecimento por meio das Instituições de Ensino Superior, com ênfase nas universidades, iniciasse o processo de inserção das mulheres em cursos superiores, porém ainda com referências de uma figura masculina, muitas vezes do pai ou marido, como é o caso das entrevistadas.

Pode se observar de acordo com o perfil que todas estas entrevistadas tinham mais de 50 anos e com no mínimo 20 anos de profissão o que parece indicar que na época da escolha do curso estavam inseridas em uma sociedade mais conservadora.

A seguir declarações das demais entrevistadas:

Quando eu tinha 14 anos já me veio à vontade de trabalhar, e um vizinho meu tinha um escritório e eu achava aquilo muito bacana, eu com 14 anos não sabia nem o que era escritório de contabilidade, e fui pelo desejo de trabalhar e vamos dizer, eu achava bonito trabalhar em um escritório. Então quando eu comecei a conviver com essa contabilidade já me apaixonei por ela, já disse “é isso mesmo que eu quero” é aqui mesmo, esse é meu lugar (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Eu comecei a me apaixonar antes mesmo de entrar no curso eu trabalhei numa empresa (Celina, entrevistada em setembro/2018)

Escolho ciências contábeis por orientação de uma professora do segundo grau que orientou que a gente optasse por um curso que pudéssemos concluir, que pudéssemos conciliar trabalho e estudo, e na época ela orientou contábeis, economia e administração e eu escolhi contábeis (Luíza, entrevistada em setembro/2018).

Eu sempre me identifiquei com essa parte de finanças, débito e crédito em si, eu achava que era minha área depois de direito, aí acabou que eu passei no primeiro período para a [nome da instituição de ensino] e fiquei, e gostei (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

A principal motivação de Pagu foi a de trabalhar quando ainda era adolescente, provavelmente ainda de maneira não formalizada, dada a característica de pequenos negócios do interior do Estado da Paraíba, ou seja a inserção no mercado de trabalho em um escritório como também foi para Celina, Luíza e Dilma foram as oportunidades no mercado de trabalho e a identificação com o curso.

Pelo fato destas entrevistadas serem mais novas, pode indicar que estiveram mais influenciadas pelo aumento da ocupação feminina nos postos de trabalho nos espaços públicos, na relação público-privada (KOFES, 1994). Ainda a carga de trabalho feminina em relação às tarefas domésticas pode estar velada na fala de Luíza a se referir à orientação da professora em conciliar trabalho e estudo.

Observa-se nos últimos anos a mudança e evolução no posicionamento feminino em relação às profissões, neste caso, contábil refletido em todas as entrevistadas.

4.2.2 O desafio do campo de atuação para contadoras

Conforme dados do CFC, o primeiro registro de uma mulher junto ao conselho data de 1947 (RAMOS, 2018), apenas um ano após a constituição do órgão. Dados de 28 de fevereiro de 2020, apresentam que ao longo desses 73 anos houve um crescimento significativo da inserção feminina na profissão, também em 28 de fevereiro de 2020, os percentuais de inscritos junto ao CFC eram de 57,24 % de homens para 42,76% de mulheres nas categorias de Técnico (a) em contabilidade e Contador(a). Somente no Estado da Paraíba, esses percentuais correspondem a 57,37% de homens para 42,62% de mulheres (CFC, 2020). Neste sentido, questionou-se às entrevistadas sobre como é ser mulher na contabilidade, enquanto campo de atuação, a fim de observar a percepção das respondentes em relação à estas posições.

Nós já somos mais de 40% de mulheres isso é maravilhoso, e é, existem alguns desafios, não necessariamente pela questão do gênero, mas nós precisamos de um esforcinho a mais para garantir que nós realmente somos boas no que fazemos, que somos competentes, que a nossa profissão e o que fazemos vai além do físico ou da aparência, a gente tem uma energia muitas vezes maior para gastar para provar nossa competência. Eu era funcionária de uma empresa e eu saí por questões, que na época eu optei por casar, optei por me organizar, por que eu saí de uma empresa de contabilidade e tive que, vamos dizer assim, empreender sozinha, sendo mulher e sendo jovem ainda (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Tem alguns segmentos ou outros que você sente o impacto, já ouvi também algumas pessoas falarem que na área assim, a nível de conselhos, assim, tem ainda uma certa discriminação com a mulher (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

É possível perceber nas falas de Dilma (tratamento assimétrico, inclusive em órgãos que teriam um papel mais representativo da classe contábil) e Pagu quanto a violência simbólica³, neste caso específico, violência de gênero, está presente na vivência das contadoras entrevistadas elas, mesmo sem perceberem, afirmam que o mercado profissional exige que as mulheres utilizem de uma “energia extra”, que para

³ Conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Barbosa (2017, p. 21) “Pierre Bourdieu chama de violência simbólica, comportamentos e atitudes que fazem com que ações do grupo dominante sejam interpretadas como naturais pelo grupo dominado”

Casa Nova (2017, p. 4) significa “cumprir as exigências de se performar, travestindo-se de acordo com o ‘modelo universal’ ”. Na maioria das vezes, aproximando-se tanto quanto possível de referenciais masculinos a fim de provar suas competências ou ainda os impasses do campo político da profissão.

Esta necessidade de performance reconhecida por Pagu, torna-se ainda mais perceptível na resposta de Luíza, que relata vivências enquanto ainda participava do mercado de empresas privadas:

Já tive situações em trabalhos, em locais que eu estava trabalhando que não consegui a promoção que estava almejando e eu alego que por ser mulher isso bloqueou, foi um empecilho; continuei trabalhando, trabalhei lá por muito tempo, mas naquele momento o fato de ser mulher foi um fator que contribuiu para que eu não continuasse um processo (Luíza, entrevistada em setembro/2018).

Considerando, as implicações de tais imposições para as mulheres e para as profissionais em termos de justiça e igualdade social pode-se compreender o esforço continuo na busca por posições e espaços. Para Haynes (2011, p. 16) “essas distinções simbólicas associando atributos sociais, a corpos e gênero tornam-se cruciais na construção e legitimação de avaliações hierárquicas e desigualitárias de valor em empresas de serviços profissionais”.

Além das dificuldades comuns ao exercício da profissão e ao posicionamento dentro do mercado, as demais respondentes relatam ainda um fator de dificuldades vinculadas ao exercício das múltiplas jornadas assumidas por mulheres que trabalham “fora”.

É complicado! [Risos]. Por que a mulher além de ter o papel né, na contabilidade em si, ela ainda tem o papel de casa, então fica muito complicado (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

A gente se desafia pelo fato de ser mulher, por que hoje em dia a gente sofre um certo preconceito por achar que tem de cuidar da casa, da família e ainda ter que cuidar do trabalho (Celina, entrevistada em setembro/2018)

Ser mulher na contabilidade não é fácil porque quando você abraça mesmo a causa, a profissão, a gente esquece de ser mulher, porque a gente pensa só em trabalhar, em trabalhar, em trabalhar, mas tem que conciliar que é difícil, mas a gente tem que conciliar, trabalho, casa e ser mulher (Esther, entrevistada em novembro/2018).

Os fatores apontados por Laélia, Celina, e Esther, ecoam na realidade exposta nas referências bibliográficas da presente pesquisa, no tocante ao reconhecimento das dificuldades inerentes às múltiplas jornadas e cargas de trabalho mais longas,

uma vez que as mulheres necessitam de mais horas de trabalho do que os homens para realização das atividades do lar (PISCITELLI, 2009).

As respondentes apontam que as dificuldades no campo de atuação contábil estão mais relacionadas às definições socialmente criadas para as “funções das mulheres, profissionais e mães”, do que de fato aos conhecimentos técnicos destas profissionais.

4.2.3 Percepções das principais realizações profissionais

Quando questionadas sobre as principais realizações enquanto profissional, Esther, Pagu, Laélia, Luíza e Celina, responderam com fatores profissionais e técnicos:

A realização que eu tenho é quando passa uma fiscalização e diz que está tudo certo, graças a Deus durante os 38 anos de contabilidade, todas as fiscalizações passam, me elogiam, diz que está tudo em ordem (Esther, entrevistada em novembro/2018).

Eu sou realmente muito realizada, e eu me realizo em cada situação, em cada conquista em cada satisfação de um cliente, simplesmente por uma mensagem de agradecimento por ter resolvido uma situação ou por simplesmente ter levado uma solução para minha empresa contábil, então eu sou realizada e eu confesso que eu não consigo elencar aqui a minha maior realização, porque eu me realizo todos os dias e nas pequenas coisas (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Ser uma boa profissional, isso aí eu sempre busquei, o que eu estiver fazendo fazer o melhor. Me preocupar assim, em meu nome, por que profissionalmente a primeira coisa que você tem a zelar é o seu nome (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

Me identifico totalmente com o meu trabalho, tenho as pessoas que trabalharam comigo desde o início, sempre evidenciaram esse amor que eu tenho pela contabilidade, contabilidade para mim não tem dia não tem hora, missão dada é missão cumprida, então o que for necessário para concluir um trabalho eu estou disposta a fazer (Luíza, entrevistada em setembro/2018).

Tive algumas, a principal foi passar no curso, e com um tempo eu fui ser estagiaria num órgão público, logo depois eu passei para uma grande empresa, um grupo de hotéis, para ser analista contábil, e assim, essa foi minha primeira conquista, porque, eu saí de estagiaria para ser um cargo bom, passei numa seleção para ser analista contábil pleno num grupo de hotéis (Celina, entrevistada em setembro/2018).

Observa-se que as respostas das entrevistadas estão vinculadas à posição que estavam na profissão, que mesmo em contextos distintos de funcionárias públicas e empresárias contábeis, mais uma vez reforçando as características de distância entre a vida pessoal e a vida profissional, já expressadas por Celina, Esther, Laélia e Luíza

em suas apresentações iniciais.

Para Antonieta e Dilma, as realizações profissionais estão mais relacionadas às percepções sobre o todo e sobre as múltiplas posições ocupadas por elas.

Criar os meus filhos, dá-los condições de participar, de colocá-los em escolas boas, criar minha família porque tudo que eu tenho tudo que eu alcancei foi da minha profissão, é da minha profissão, então não deixa de ser um orgulho e uma satisfação (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).

Tudo que eu tenho, todo meu trabalho, o sustento da minha família, então assim eu me sinto realizada até onde eu consegui chegar, quando eu penso nela [na profissão] eu sinto pela falta de tempo né, e por não ter pensado nisso antes de ter tido os meninos, de ter me especializado, de ter ido mais além, por que hoje eu procuro tempo e não consigo achar. O que eu sou hoje e de onde veio o sustento dos meus filhos, de onde veio o pouco e o muito ao mesmo tempo, o que eu consegui, foi na contabilidade (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

É perceptível nas respostas de Antonieta e Dilma, que mesmo em realidades de estruturas familiares distintas, uma vez que Dilma é mãe solo de três filhos e Antonieta divide a criação dos filhos com seu cônjuge, ambas expressam características de mulheres que assumem o trabalho e que se tornam provedoras de suas famílias, situação que é tipicamente encontrada no século XX. Mulheres que ocupam as posições de responsáveis pelo lar e assumem ainda as responsabilidades e os riscos que estão envolvidos no empreendedorismo de uma empresária contábil.

Especialmente na fala de Dilma, pode-se visualizar a importância dos movimentos feministas como os apresentados por Scavone (2001) “uma criança se eu quiser, quando eu quiser” (tradução livre), no qual garante às mulheres os direitos de escolha e poder sobre o próprio corpo e decisões de garantir o próprio sustento da família, de assumir carreira de empreendedora, ou ainda, de realizar as duas funções ao mesmo tempo.

4.2.4 A contabilidade e o gênero, sob a ótica das contadoras

Foi solicitado às entrevistadas que descrevessem o que significava para elas a relação entre contabilidade e gênero, a fim de dar voz à subjetividade que envolve este tema, e principalmente as percepções de cada uma das contadoras.

Foi possível através das respostas, verificar a diversidade de pontos de vista das entrevistas, mas que apontavam contextos similares

Eu acho que mostrar que a gente é capaz, essa energia, se a gente tem realmente que mostrar não deixa de existir. Infelizmente ou felizmente, nós

mulheres nos cobramos mais, eu particularmente, eu sei que eu me cobro, eu me cobro como mulher, eu me cobro como mãe, como filha, como profissional (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

As pessoas reclamam, desafio por ser mulher, ganha menos... Eu nunca tive esse problema graças a Deus, até hoje eu como mulher. Todos os meus clientes vieram encaminhados de outros, então isso já foi uma coisa muito boa, quando chegava que eu dizia qual era o meu valor de honorários eles diziam: "Não Esther, tá bom, por que eu já venho encaminhado por fulano, fulano já me deu boas informações" então assim, não teve esses desafios, meus desafios foram mais relacionados a falta de condição financeira que foi o maior desafio que eu tive na minha vida, pra enfrentar tudo sem dinheiro, pra enfrentar tudo na garra, no vamos enfrentar e vamos vencer, foi esse o meu desafio (Esther, entrevistada em novembro/2018).

Pagu e Esther comentaram sobre características de uma necessidade de esforços complementares para reafirmação, ainda que de maneira romântica e velada.

Especialmente na fala de Esther, percebe-se uma característica muito interessante, onde ao citar que os clientes chegaram através de indicações a respondente deixa implícito, quando ela fala: 'fulano já me deu boas informações', que essas indicações provavelmente foram realizadas por homens, sejam outros clientes ou colegas de profissão, podendo indicar assim a existência de uma hierarquia de gênero.

Já para Laélia e Dilma, o principal tema dessa relação se ampara em características estruturais, apoiando o ponto de vista Barbosa (2017) sobre a importância de se discutir, não somente a quantidade, mas a qualidade da participação de mulheres na profissão.

Primeiro que essa questão de gênero já é bem complicada, primeiro que os homens sempre olham com cara estranha quando você está no meio deles e até ainda mais quando você se destaca mais do que eles. Eu acho que o que mais incomoda nessa questão aí é a questão do salário, do rendimento da gente, eles acham que sempre os homens têm de querer ganhar mais (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

No meio político, no meio político assim, de conselhos federais, o que você escuta e o que você sente é que a predominância ainda é masculina, mas de modo geral, o que eu vejo é que todas as mulheres que estudaram, que se esforçaram, que se empenharam conseguiram seu lugar (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

Um fator importante registrado nas palavras de Laélia é o sentimento de desigualdade de oportunidades, disparidades salariais e a necessidade que as mulheres possuem de redobrar esforços para a construção de uma profissão mais equivalente. Mesmo ela estando inserida no mercado privado de empresários

contábeis, um ramo onde as remunerações costumam ser acordadas entre contratado e contratante.

Segundo as entrevistadas, o fato de ser mulher exige uma constante reafirmação de suas competências profissionais. Para Antonieta é necessário, inclusive, a afirmação de sua posição enquanto contadora.

Ser reconhecida como mulher, como a mulher contadora, em muitas reuniões que eu participo, ou palestra que eu participo, às vezes reuniões com os clientes e eles dizem “tá aqui o contador” e eu corrijo “contador não, contadora. A mulher contadora” (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).

Para Luíza e Celina, respondentes que já participaram do mercado privado, mas que no momento da pesquisa estavam inseridas no funcionalismo público onde a maioria dos cargos têm sua remuneração base definidas em editais de concurso, essa necessidade de reafirmação tende a ser suprida principalmente com dedicação e educação continuada.

Eu busco cada vez mais melhorar, me aperfeiçoar por que assim de certa forma as pessoas ainda te olham assim meio que atravessado, digamos assim, por que acham que porque você tem várias atribuições no dia a dia você não talvez não dê conta do que vai fazer. (Celina, entrevistada em setembro/2018).

A questão de estar sempre estudando, sempre estudando. Mesmo quando eu estava em empresas, em um nível de gerência, em um nível de contadora responsável por uma indústria, nunca me acomodei, nunca deixei de buscar conhecimento. Fiz especialização em controladoria, recentemente fiz especialização em direito tributário, atualmente estou concluindo gestão pública (Luíza, entrevistada em setembro/2018).

Portanto, entende-se que a inserção feminina na contabilidade não se tratou de um processo simples ou rápido, na realidade ele ainda está se moldando no sentido de equidade entre as posições, oportunidades e remunerações. Neste sentido, reafirma-se o que foi apresentado por Barbosa (2019, p. 2), “o papel da contabilidade no cenário econômico mudou, está se alterando e é possível que mude no futuro. Tais mudanças são alavancadas pelos profissionais da contabilidade. Entre eles, a inserção das mulheres no mercado contábil”.

4.2.5 Desafios da conciliação entre a maternidade e a profissão contábil

A inserção das mulheres no mercado de trabalho aliada à modernização mundial das tecnologias contraceptivas e conceptivas, caracterizou o processo de autonomia e escolha sobre assumir ou não os desafios e desejos da maternidade, um

fenômeno moderno consolidado no decorrer do século XX (SCAVONE, 2001).

Entre a gestação e o retorno ao trabalho existe um longo caminho, ou pelo menos deveria existir, considerando as previsões legais de afastamento para licença-maternidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, estabelece diretrizes sobre como deve ser a licença-maternidade, aplicadas a todas as contribuintes, alcançando profissionais autônomas, contratos regidos pela CLT, contribuintes individuais, estudantes e qualquer gestante que possuir características de qualidade segurada, definida pelo Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Essas diretrizes poucas vezes são cumpridas por profissionais autônomos, visto que a responsabilidade de gerir e manter seu próprio negócio muitas vezes se sobressai às necessidades de um período como o da licença-maternidade.

Conforme apresentado nos resultados de uma pesquisa realizada com contadoras no Reino Unido por Haynes (2008, p. 13) existe uma expectativa de “cumprir suas aparentes obrigações para com seus clientes durante sua curta licença-maternidade”, confirmando que “as mulheres mantêm suas responsabilidades de trabalho até o momento do início da licença-maternidade ou até mesmo durante uma licença de maternidade curta”.

Fato que corrobora com a realidade brasileira de profissionais autônomas, como pode ser observado nas respostas de Laélia:

Eu com 17 dias de [Nome do filho] nascido o povo estava lá em casa para fazer prestação de contas. Contadora autônoma não tem hora, aí muita gente diz que é melhor por que você faz sua hora, mas não, não é assim. Na época eu tive meu filho a amamentação né, ele não queria saber se eu estava trabalhando se eu não estava, ele queria mamar, então eu me desdobrei nesse período para que eu conseguisse cumprir com meu trabalho e dar atenção ao meu filho, então é muito complicado mesmo. Eu ficava estressada por que eu tinha que fazer e ele mamando e quanto mais eu ficava estressada aí que ele mamava devagar e eu ficava “mame logo meu filho, por favor” aí estressava ele, e eu ficava muito estressada mais é difícil eu levava ele para os dois, levava para a repartição e para o meu escritório. É muito complicado você ter mais de um filho com a nossa profissão, sendo profissional autônomo (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

As contadoras, mulheres e mães depararam-se com o contexto da dicotomia do público e privado, no qual as realidades da esfera social comum a todos influenciam diretamente no âmbito privado e vice-versa.

Está é evidenciada por Pagu, quando questionada sobre os principais desafios com relação a maternidade e profissão:

Quando eu engravidei, eu tinha acabado de abrir nosso escritório e partia-se aí para outro sonho pessoal, que era o sonho da maternidade, de ser mãe, então eu estava com um sonho que tinha acabado de nascer e outro para nascer, não podia abrir mão de nenhum dos dois. Um momento difícil também foi quando eu tive, eu tive o bebê e tive que desmamá-lo para ir para a universidade, então eu viajava mais de 40km chorando por que o peito doía, porque estava cheio de leite, por que deixava meu bebezinho em casa, eu vinha chorando e depois de 40km era que eu conseguia me reerguer, respirar fundo sabe? E dizer “não, eu estou indo em busca de outro sonho” e ficava tentando não trabalhar e não me sentir tão culpada (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Como relata Pagu, o início da maternidade é uma das fases mais difíceis da conciliação das posições de mãe e de profissional, especialmente por que no início todos ainda estão se adaptando a nova realidade, inclusive a própria mulher que se vê diante de mutações em todos os âmbitos de sua vida. Para Haynes (2008), as tensões ilustradas pela maternidade estão relacionadas tanto às adaptações com a nova identidade, quanto ao fato biológico de que somente as mulheres possam realizar o processo de gestação de crianças e amamentá-las.

Adicionalmente aos fatores biológicos tem-se os fatores sociais e a tendência de uma avaliação discriminatória com relação às mulheres que decidem ser mães e seguem com suas carreiras profissionais, conforme apresenta Celina ao relatar sobre sua vivência sobre a maternidade, com todos as tensões já citadas na presente pesquisa, adicionadas do fato de ser uma mãe jovem e solo:

Já sofri preconceito no meu trabalho por estar grávida, por eu não poder estar todos os dias no trabalho por causa de complicações gestacionais, e lá na frente eu sofri um preconceito por conta disso. Eu vejo que várias mulheres sofrem também, e outra coisa que a gente quando se torna mãe no meio corporativo a gente já é olhada de outra forma porque eles perguntam “será que ela vai dar conta de ser mãe, jovem, e trabalhar e dar conta do seu serviço?” (Celina, entrevistada em setembro/2018)

Além das tensões e dificuldades do início da maternidade, as mulheres são submetidas a tomarem decisões a fim de assegurar o equilíbrio de suas múltiplas atividades e jornadas, muitas vezes em contradição com seus desejos de continuar sua carreira profissional, ou ainda na expectativa de que tais áreas não se inter-relacionem.

Antonieta, Luiza e Dilma relatam as adversidades vividas e as decisões para assegurar o equilíbrio de suas vidas pessoais, maternas e profissionais.

No meu caso é que eu me separei desde 2015 e fiquei com a responsabilidade sozinha de duas crianças, eu tenho três filhos, mas um já

era maiorzinho eu fiquei com toda a responsabilidade, tanto emocional, como financeira, como de orientar e coisa e tal, então eu fiquei sem conseguir viajar, fiquei sem conseguir ir pra congresso, fiquem sem poder me especializar e sem tempo para que fosse como eu queria que tivesse sido, por que eu optei por cuidar dela mesmo porque não tinha quem fizesse como eu gostaria de fazer (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020)

Fui convidada a ir pra [nome da cidade] com um novo desafio, trabalhar em um escritório de contabilidade com empresas de diversos ramos, foi um desafio muito gratificante, onde trabalhei por 7 anos, mas por questões familiares, por opção, eu resolvi recuar um pouco por que é uma vida muito agitada [...] eu tive que recuar um pouco por que eu já estava em um nível que eu tive que pensar muito, mas eu disse “não eu vou ter que recuar, pra poder me dedicar a família” (Luíza, entrevistada em setembro/2018)

É o trabalho e a família, aí tem que ter o lado que um tem que, eu não digo que se prejudicar, mas ter um entendimento, tem que ter a colaboração. Eu quando comecei na profissão, naquela época o contador fazia de tudo, o contador fazia tudo, o contador abria empresa, o contador exercia a profissão, trabalhava no dia a dia do escritório, e o contador, no caso aí eu como contadora, eu sou mãe, eu sou esposa [...] Enfim, eu hoje só tenho a agradece e assim às vezes a ente busca consertar algumas falhas, não tem como não ter falhas (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).

As histórias de vida de Antonieta, Luiza e Dilma são distintas, lembrando o que foi apresentado no perfil de cada uma delas sabe-se que Antonieta e Luiza compartilham suas responsabilidades parentais com seus cônjuges, enquanto Dilma “cria” seus filhos sozinha. Sabe-se ainda que Luiza e Dilma são empresárias, enquanto Antonieta é funcionária pública, no entanto, as dificuldades vividas por elas são muito similares o que concorda com a visão de Kofes (1994) sobre a compreensão da maternidade idealizada e vinculada principalmente a naturalização de comportamentos sociais como os relacionados a vivências domésticas ligadas diretamente a imagens femininas, que ocupavam posições de subserviência à família.

A idealização dos lugares de “mãe” e de “profissional”, culminam no sentimento de culpa relatado pelas respondentes no momento em que se veem obrigadas a escolher entre uma posição ou outra. Neste sentido, Colares e Martins (2016, p. 5) discutem a necessidade de “ressignificação da mulher na contemporaneidade, fazendo-se cada vez mais necessária a priorização de projetos pessoais para o seu crescimento individual, que vão além do desejo pela maternidade”.

Desta forma, faz parte do papel das ciências sociais aplicadas, nas quais a contabilidade está inserida, abrir espaços para a reflexão acerca da ocupação feminina na profissão, de maneira que considere não somente os números dessa participação, mas especialmente a qualidade dessa participação e a equidade de

oportunidades independente do gênero e das condições do âmbito privado, a exemplo da maternidade.

4.2.6 Contadoras e “donas de casa” – a múltipla jornada

Realizar um paralelo sobre a profissão contábil, e os cuidados que a maternidade exige e dos cuidados do lar, significa desenhar percepções particulares sobre as definições socialmente criadas para as “funções das mulheres, das profissionais e mães”.

Quando se questionou as entrevistadas acerca desta temática, foi possível visualizar uma realidade muito similar a apresentada nos resultados da pesquisa “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado” realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo e apresentados por Piscitelli (2009, p. 121), que demonstraram que “96% das 2.502 mulheres entrevistadas, cuidavam das tarefas domésticas e das crianças, mesmo que também trabalhassem fora de casa e nos casos de divisão do trabalho doméstico, afirmou quase metade dividi-los com outra mulher, geralmente a mãe ou filhas”.

Para algumas das contadoras entrevistadas na presente pesquisa, a imbricação entre o trabalho, maternidade e cuidados se apresentam nas suas vivências, especialmente na realidade de empresárias.

Meus filhos dizem assim: “Mainha tu vive mais no escritório do que em casa.” Então em determinados momentos, eu tenho algo assim, que eu não digo que é mágoa, mas algo que eu deveria, aquilo que você sempre tem que aprender, então eu não soube ser mais presente para os meus filhos, por conta da minha profissão, eu com três meninos pequenos, graças a Deus tive pessoas que me deram apoio, hoje estão todos de maior, todos criados graças a deus, mas é assim, eu tenho aquela dorzinha de que eu deveria ter me dedicado mais aos meus filhos, ter curtido mais eles, ter saído mais com eles, por que assim o dia a dia é complicado, e aí final de semana era todo deles (Antonieta, entrevistada em novembro/2018).

É você virar a noite trabalhando, é você trabalhar sábado, domingo e feriado, é levar filho pequeno para o escritório, levar berço, montar uma estrutura de uma mini creche dentro do escritório, e isso acaba atrapalhando, você acaba deixando de lado um pouco sua família (Luíza, entrevistada em setembro/2018).

Eu me entreguei muito ao meu trabalho, à minha contabilidade. Os meus filhos no início reclamavam, quando eram pequenos que eu não dava assistência, como mãe. Meu marido dizia “você como contadora é muito boa contadora, agora como mãe e como mulher você deixa a desejar.” Tem de saber conciliar, olhe, é muito importante a gente conciliar o tempo, infelizmente a gente não volta atrás para saber fazer tudo certinho. Hoje aos meus 65 anos eu me sinto realizada profissionalmente, me sinto realizada por que eu tive meus filhos que era meu sonho de ser mãe, eu tive meus filhos,

eu não dei a assistência que eles mereciam, mas eu consegui dar alguma assistência, sábados, domingos e feriados eram dos meus filhos, eu nunca abri mão desses feriados, eu dizia sempre “quem me convidar, tem que convidar eu e meus filhos, certo?” (Esther, entrevistada em novembro/2018).

Eu me sinto um pouco descuidada do meu filho, por que a contabilidade exige muito da gente. A questão dos prazos, então nesse período eu não dou muita atenção ao meu filho e eu fico muito preocupada, às vezes eu penso que por algumas vezes que ele fica mais rebelde, eu fico pensando: será que eu não dei atenção, será que eu deveria ter dado mais atenção ao meu filho? (Laélia, entrevistada em fevereiro/2020).

Mesmo com as funções do âmbito público do trabalho, as percepções das entrevistas ainda se entrelaçam com o que apresenta Scavone (2001, p. 3) “em um primeiro momento a maternidade foi reconhecida como um *handicap*”. Qualquer comportamento diferente do desejo de ser mãe causaria estranheza, uma vez que a visão social sobre o “ser mulher” estava intimamente relacionada à maternidade e que a maternidade, por sua vez, estava relacionada às responsabilidades de amar, alimentar e educar os filhos.

O imaginário da maternidade ainda está vinculado, em alguma medida, a esse *handicap* pela cobrança na atenção, cuidado e educação dos filhos, que se terceirizados podem causar culpa.

Diante destes fatos e, a saber, da busca pela autonomia feminina, as narrativas de Dilma, Celina e Pagu, acerca da percepção sobre a imbricação de papéis que as circundam, condizem com Colares e Martins (2016, p. 5), que ao discutirem a identidade maternal e profissional, afirmam: “percebe-se uma necessidade de ressignificação da mulher na contemporaneidade, fazendo-se, cada vez, mais, necessária a priorização de projetos pessoais para o seu crescimento individual, que vão além do desejo pela maternidade”, ou seja, na atualidade é possível dizer que as realizações das mulheres estão diretamente relacionadas ao sucesso e equilíbrio de suas múltiplas jornadas.

É muito importante para a gente enquanto mulher, ter uma profissão, ter o nosso próprio sustento e desta profissão eu poder criar os meus filhos. Têm momentos que eu me sinto assim bastante estressada e sufocada, por que são duas coisas bem complexas, tanto a maternidade quanto a contabilidade. Não é uma profissão que você deixe no escritório e vá para casa sossegado ou que você tenha hora para chegar ou hora para sair, não, tudo depende de uma demanda. Eu tive muitas falhas ao longo de todos esses anos, mas foi sempre tentando acertar, e assumindo e corrigindo minhas próprias falhas, tanto na contabilidade quanto na maternidade. Então você chega em casa cansada, estressada, e isso consequentemente afeta em casa, com certeza afeta em casa, então tem tudo a ver [contabilidade e maternidade], a mesma coisa quando tem uma criança doente em casa e você chega no escritório

cansada, estressada, aí você rende menos, então tem tudo a ver [contabilidade e maternidade], é o meu ponto de vista (Dilma, entrevistada em fevereiro/2020).

Ser mãe é a maior realização da minha vida, eu não sabia que seria algo tão importante pra mim, tão desafiador, mas assim, é importante pra mim também o meu trabalho, ser contadora, então assim eu tive que conciliar essas duas áreas ser mãe e ser profissional, como eu disse, no início foi complicado, foi difícil, eu passo o dia todo fora chego em casa à noite, quando eu saio de casa meu filho está dormindo, as vezes quando eu chego ele já está dormindo também, e assim eu tento ao máximo me doar o máximo pra ele e não me sentir culpada por estar ausente em alguns momentos da vida dele (Celina, entrevistada em setembro/2018).

Então, eu saí da minha cidade, do meu interior e comecei a ir para várias cidades do País para contar a minha história, como mãe, como mulher, como contadora. Eu lembro que na minha formatura meu filhote era pequenininho ainda e aí eu arrumei ele e ele foi me esperar na escada e eu lembro até hoje. Acordava cedo, fazia minhas obrigações com o meu filho, ia para o escritório e muitas vezes não conseguia voltar, alguém levava meu filho para ser amamentado no escritório porque eu era sozinha para tudo, as vezes conseguia ir almoçar em casa, outras não. Por ser mulher, nós temos essas habilidades, podemos ser mães, podemos ser donas de casa, podemos ser mulher, podemos ser filha, podemos ser estudantes, você pode ser o que você quiser (Pagu, entrevistada em novembro/2018).

Portanto, pode-se afirmar que a maternidade e a realização profissional são percebidas pelas respondentes, muito mais pelo conglomerado de referências sociais, culturais e familiares, acerca de suas trajetórias, atos e comportamentos, e que, essas realizações ganham definições distintas a partir das mudanças e exigências sociais nas quais estão inseridas essas mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo respondeu ao problema de pesquisa da percepção que as contadoras paraibanas têm em relação à maternidade e profissão, com o objetivo de explorar a inter-relação da maternidade e profissão contábil observando a ocorrência de mudanças na vida profissional após a maternidade.

Para realização do estudo, foi utilizada a metodologia qualitativa, através de entrevistas em profundidade com sete contadoras paraibanas, tornado o estudo duplamente desafiador tanto por sua temática de gênero e maternidade que raramente é abordada no curso de ciências contábeis, quanto pela abordagem metodológica cujo instrumento escolhido ainda é pouco utilizado para pesquisas na área.

Os resultados deste estudo perpassam as vivências de sete contadoras paraibanas, que receberam os codinomes de mulheres que marcaram a história da política brasileira. Entre as entrevistadas têm-se funcionárias públicas que também tinham experiência em contabilidade societária e empresárias contábeis. Quanto ao contexto familiar, todas as participantes são mães, algumas delas casadas e dividem as responsabilidades parentais com seus respectivos cônjuges, enquanto outras são mães solo e assumem toda a responsabilidade sobre a criação de seus filhos. Por pertencerem a gerações e contextos familiares distintos, as percepções das respondentes são muito particulares, sendo desenhadas por suas experiências de vida.

Diante da diversidade no perfil de cada uma das respondentes foi possível obter cenários diferentes quanto à motivação para escolha do curso de ciências contábeis, sendo algumas delas motivadas por referências paternas, informadas por uma antiga cultura patriarcal da passagem da educação e ou profissão de “pai para filho” e outras delas sendo motivadas através das oportunidades de mercado de trabalho e de referências acadêmicas e profissionais.

Quanto ao campo de atuação, foi observado que as entrevistadas possuíam diferentes percepções sobre suas capacidades técnicas e sobre os dados estatísticos da participação feminina na contabilidade, todavia, ressaltavam também as dificuldades relacionadas pelas múltiplas jornadas, a qualidade da participação feminina e a equidade de oportunidades.

Sobre as principais realizações enquanto profissionais contábeis foi possível

perceber novamente cenários diferenciados, nos quais algumas das entrevistadas demonstravam suas realizações de fato apenas no âmbito profissional, enquanto outras delas se identificavam nas suas diversas facetas: profissional, mãe e mulher.

Mesmo diante de realidades e experiências diferenciadas, as entrevistadas compartilharam do sentimento desafiador de ser mulher no âmbito contábil, mas todas com a compreensão que ocupar espaços pode se tornar um trabalho mais árduo que dos colegas do gênero masculino, e que exige das profissionais uma constante reafirmação de suas posições enquanto “contadoras”.

A profissão torna-se mais desafiadora quando se inclui o fator maternidade, o desafio da mudança de identidade, da múltipla jornada, da aceitação dos pares e da autoaceitação, do retorno ao trabalho, muitas vezes poucos dias após o parto, de se dividir física e emocionalmente entre o cumprimento das obrigações de mãe e de profissional. Todas elas relataram o quanto foi desgastante o retorno ao trabalho, a necessidade de levar os filhos aos escritórios, de trabalhar e amamentar ao mesmo tempo, fato que influenciou uma delas a optar pela área pública com maior probabilidade que os direitos a licença-maternidade sejam de fato cumpridos.

A partir dos relatos das entrevistadas foi possível observar o seu universo particular, as suas percepções sobre a maternidade, as inseguranças causadas por imposições sociais influenciadas de alguma forma pelo *handicap*. As lutas por suas posições enquanto contadoras, sejam elas empresárias ou funcionárias públicas, o entendimento e o desejo de garantir um espaço profissional cada vez melhor, pautando seus discursos na importância da educação contínua e na luta por uma profissão mais igualitária.

Conclui-se que apesar da diversidade de experiências e circunstâncias o que tem em comum entre as contadoras entrevistadas foram os obstáculos na esfera público-privada que enfrentaram pelo fato de serem mulheres e mães e que encontraram uma forma de contorná-los.

Espera-se que um dos efeitos positivos desta pesquisa tenha sido provocar a autopercepção e reflexão das entrevistadas enquanto contadoras e mães em cada uma dessas mulheres e que se estenda a outras leitoras na luta por uma profissão mais igualitária e com melhores condições de trabalho e vida. Sugere-se como possibilidade de pesquisas futuras, continuar a investigação de gênero na contabilidade para o fomento das discussões e produções acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Áurea Lúcia Silva; CAPPELE, Mônica Carvalho Alves. BRITO, Mozar José de. PAULA NETO, Alcieles de. VILAS BOAS, Luiz Henrique de Barros. Gênero nas organizações: um estudo no setor bancário. **ERA eletrônica** [online]. 2002, v. 1, n. 2, p. 02-15. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2020.

ASMINANAHISTORIA.COM. **11 mulheres pioneiras na política brasileira**. [S.l.]. 2018. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/10/06/11-mulheres-pioneiras-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BARBOSA, Edmery Tavares. **Mulheres no conselho regional de contabilidade da Paraíba: uma análise à luz da teoria do poder simbólico de Bourdieu**. 2017.. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.

BARBOSA, Edmery Tavares. LIMA, Ana Lucia Candeia de. LIMA, João Paulo Resende de. “Como mãe, você é uma ótima contadora”: histórias de vida de profissionais da contabilidade. In: GENDER, WORK AND ORGANIZATION - South American Workshop 1., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo:USP, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/gwobr/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n.1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código civil dos Estados Unidos do Brasil**. [S.l.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Código civil dos Estados Unidos do Brasil**. [S.l.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. [S.l.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BROADBRIDGE, Adelina; HAYNES, Kathryn. Power and politics in gender research: a research note from the discipline of accounting. **Gender in Management** [online]. v. 23, n. 7, p. 528-532, 2008,. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7bb2/97fddb539969047be8fb44999940e5a7e107.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. Palavra da presidente. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 178/9/80, p. 3-3, 2012. Disponível em: <https://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-178-179-e-180/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

COLARES, Sthephany Caroliny dos Santos. MARTINS, Ruimarisa Pena Monteiro. Maternidade: uma construção social além do desejo. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2654>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por gênero**. [S.l.]. 2020. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

GARCIA, Carla Fernandes. VIECILI, Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-02922018000200271&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2019.

HAYNES, Kathryn. Accounting as gendering and gendered: A review of 25 years of critical accounting research on gender. **Critical Perspectives on Accounting** [online], v. 43, p. 110-124, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305363143_Accounting_as_gendering_and_gendered_A_review_of_25_years_of_critical_accounting_research_on_gender. Acesso em: 30 ago. 2019.

HAYNES, Kathryn. Body beautiful? Gender, identity and the body in professional services firms. **Gender, Work and Organization** [online], , v. 19, n. 5, p. 489-507, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259826803_Body_Beautiful_Gender_Identity_and_the_Body_in_Professional_Services_Firms. Acesso em: 30 ago. 2019.

HAYNES, Kathryn. Linking narrative and identity construction: using autobiography in accounting research. **Critical Perspectives on Accounting** [online], , v. 17, n. 4, p. 399-418, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222739651_Linking_narrative_and_identity_construction_Using_autobiography_in_accounting_research. Acesso em: 15 mar. 2020.

HAYNES, Kathryn. Moving the gender agenda or stirring chicken'sentrails? Where

next for feminist methodologies in accounting? **White Rose Research** [online]. Reino Unido, 2007. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/3459/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HAYNES, Kathryn. Other lives in accounting: Critical reflections on oral history methodology in action. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n. 3, p. 221-23, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591486/mod_resource/content/0/Haynes%20%282010%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação**. [S.l.]. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**. [S.l.]. Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 15 mar. 2020.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Caderno Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MIGUEL, Gisele Gimenes do Amaral. RESCH, Sibelly. PEREIRA, Jaiane Aparecida. A Mulher no Mercado de Trabalho: análise de pesquisas sobre o cenário brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN), **Anais eletrônicos** [...] Mato Grosso do Sul. v. 3, n. 1, 2019,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Galeria de Ministros** - Ministra Esther de Figueiredo Ferraz. [S.l.]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13485. Acesso em: 30 ago. 2019.

MORAIS, José Jassuipé. FÉLIX JÚNIOR, Luiz Antonio. SILVA, Polyandra Zampiere Pessoa da. SILVA, Rayane de Lima. Reconstituindo a Memória Contábil por Intermédio de Instituições Escolares Paraibanas. In: CONCURSO DE RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NOS ESTADOS, CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAÍBA, João Pessoa, p.10-536, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303919335_reconstituindo_a_memoria_contabil_por_intermedio_de_instituicoes_escolares_paraibanas. Acesso em: 30 ago. 2019.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de. ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24 n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006. Acesso em: 15 mar. 2020.

ONU MULHERES. **Mulheres e cartunistas divulgam charges para criticar desigualdades de gênero**. [S.I.]. 2018. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de. SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlends & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

RAMOS, Mayra Maria Guilherme Alves. **Contabilidade feita por elas**: participação das mulheres alagoanas na profissão contábil. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SENADO FEDERAL. **Art. 7º**. [S.I.]. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_7_.asp. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Adriana Vasconcelos de Paula. Licença-maternidade e a busca da igualdade de gênero no ambiente de trabalho. **Rev. TST**, São Paulo, v. 84, n. 4, p. 225-246, 2018. Disponível em:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/152030/2018_silva_adriana_licenca_maternidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Sandra Maria Cerqueira da. CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Gênero, Maternidade & Contabilidade. In: **3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança**, 2017, Brasília. Anais eletrônicos. Disponível em:

<https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/schedConf/presentations>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Pesquisa qualitativa ou qualidade em pesquisa? Um exemplo de contribuição sócio-humanista em pesquisa contábil.

Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 120-141, 2018. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/3288/2546>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/3288/2546>.

SILVEIRA, Emmanuelle Araújo da. SOBRINHO, Pamela Lorrany. TEIXEIRA, Tania Cristina. ASSIS, Valquiria Aparecida. Gênero e outras desigualdades: Mercado de trabalho, influências e perspectivas. **Revista Economistas**, [online] 2020. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/63094815/revista35-final-site>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TONETTO, Patrícia Tramontin. **A mulher contadora**: o perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense–UNESC. 2012. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade do

Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 15 mar. 2020.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DAS CONTADORAS PARAIBANAS EM RELAÇÃO À MATERNIDADE**, desenvolvida por **Ana Lucia Candeia de Lima**, aluna regularmente matriculada no **Curso de Ciências Contábeis – GRADUAÇÃO** do Centro de **Centro de Ciências Sociais Aplicadas** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora **Victoria Puntriano Zuniga de Melo**. O objetivo da pesquisa é discutir sobre os desafios da maternidade e vida profissional de mulheres paraibanas que atuam no mercado contábil. Justifica-se o presente estudo por se tratar de uma pesquisa sobre gênero na contabilidade.

A participação da senhora na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo

caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de _____.

Prof.^a Victoria Puntriano Zuniga de Melo
Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

PARTE I – Perfil da Entrevistada
Nome:
Idade:
Tempo de profissão:
Número de filhos:
PARTE II – Perfil profissional e representações da maternidade
Por que escolheu Ciências Contábeis?
Como descreve ser mulher na contabilidade, enquanto campo de atuação?
Quais as principais realizações enquanto profissional contábil?
Descreva como é para você a relação entre a contabilidade e o gênero.
O que você vislumbra sobre a contabilidade do futuro?

Cite os principais desafios enfrentados pela maternidade na profissão contábil
Descreva como é para você a relação entre a contabilidade e a maternidade.
Descreva como é para você a relação entre ser mulher, ser mãe e ser contadora.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)